



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Veiga, Ana Maria

Estudos de gênero na Argentina – olhares contemporâneos sobre o tema. Entrevista com

Andrea Andújar e Alejandra Ciriza

História Unisinos, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2010, p. 226

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866830010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Entrevista

Estudos de gênero na Argentina – olhares contemporâneos sobre o tema. Entrevista com Andrea Andújar e Alejandra Ciriza

Gender studies in Argentina – contemporary views about this issue. Interview with Andrea Andújar and Alejandra Ciriza

Ana Maria Veiga¹

amveiga@yahoo.com.br

As pesquisadoras e professoras universitárias argentinas Andrea Andújar e Alejandra Ciriza estiveram recentemente no Brasil para participar do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina². Aproveitamos suas visitas para saber um pouco mais sobre as configurações atuais dos estudos de gênero e dos estudos feministas nas universidades argentinas, sob a observação crítica destas reconhecidas profissionais.

Andrea Andújar é historiadora e professora da Universidad de Buenos Aires. Atua como pesquisadora do Instituto de Estudios de Género da UBA. Ao lado de outras historiadoras, organizou o livro eletrônico *Historia, género y política en los '70* (Andújar *et al.*, 2005), lançado no final de 2005 como marco inicial de rememoração nos trinta anos da última ditadura militar argentina, que se estendeu de 1976 a 1983, ancorado em uma perspectiva de gênero. Mais recentemente Andújar organizou outro livro (dessa vez editado em suporte tradicional) referente ao tema, intitulado *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los '70 en la Argentina* (Andújar, 2009). Seu próximo projeto, já em andamento, amplia a abrangência da temática para o espaço geopolítico latino-americano. Além dessas compilações, Andrea Andújar tem artigos publicados em diversos livros como *Historias de luchas, resistencias y representaciones – Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX* (Andújar, 2008a) e *Historia oral y militancia política en México y en Argentina* (Andújar, 2008b). Ao mesmo tempo eclética e crítica em suas abordagens, a historiadora transita entre as bases da história social e as perspectivas dos estudos sobre cultura e sociedade, trazendo frequentemente para o centro da análise a resistência das mulheres argentinas ao regime militar e também à ditadura do gênero.

Alejandra Ciriza é filósofa e professora da Universidad Nacional de Cuyo, em Mendoza, além de pesquisadora do CONICET, Consejo Nacional

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Este encontro foi organizado pelas pesquisadoras e professoras de história Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, responsáveis pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, que hoje realiza o projeto intitulado *Feminismos e os Movimentos Sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1985)*.

de Investigaciones Científicas y Técnicas, órgão que apóia pesquisas acadêmicas na Argentina. Militante política de esquerda nos anos 1970, Ciriza tem sua trajetória pessoal marcada pelo cárcere do regime militar, motor para diversas pesquisas que realizou no campo da Filosofia. Trabalhando sobre corpo, política e cidadania, tem artigos publicados em livros como *Teoria política latino-americana* (Ciriza, 2009), *Filosofia política contemporânea* (Ciriza, 2006) e *Política de la memoria* (Ciriza e Rodriguez, 2004), compilado pelo CeDInCI, o centro de documentação que reúne um grande acervo sobre grupos de esquerda na Argentina. A filósofa propõe reflexões sobre feminismo e globalização, atenta aos caminhos abertos por novas discussões e perspectivas de conhecimento, mas sempre privilegiando os estudos feministas e suas possibilidades teóricas e práticas.

Para introduzir a conversa, gostaria que vocês falassem sobre os seus trabalhos e as suas pesquisas atuais.

Andrea Andújar (A.A.) – As minhas pesquisas estão inseridas dentro do que hoje se chama história recente. Um dos temas que eu abordo tem a ver com a história da Argentina nos anos 1960 e 1970, particularmente sobre as mulheres que fizeram parte das organizações político-armadas. A outra questão está vinculada com a participação das mulheres nos movimentos *piqueteros* (grevistas), que surgiram nos meados da década de 1990, diante do profundo desemprego, com as terríveis consequências que teve o aprofundamento do modelo neoliberal na América Latina em geral, mas no meu país, que é onde pesquiso, em particular. Esta pesquisa se vincula com mulheres que, diante da miséria e da pobreza, articularam laços comunitários e saíram a protestar, em uma época em que o protesto era muito complicado. Eu busco fazer uma história a partir da perspectiva de gênero vinculada com o feminismo marxista, ou com o marxismo feminista, já não sei o que vem primeiro, e não da perspectiva de história das mulheres, mas reconheço que é preciso primeiro saber onde estão as mulheres, contribuir neste sentido, para depois poder colocá-las em relação e depois interpretar as relações sociais ou construir um olhar e uma análise sobre de que maneira mulheres e homens se posicionam em suas relações, como vão mudando, como vão lutando, como vão levando adiante seus conflitos, como se percebem uns aos outros e como isso está atravessado pela questão de classe, pela questão étnica e pela questão regional. Então os meus estudos vão nestas duas direções, também porque ainda hoje a literatura acadêmica e política segue ignorando a presença das mulheres nesses conflitos.

Alejandra Ciriza (A.C.) – Venho trabalhando, há aproximadamente 10 anos, sobre os paradoxos da cidadania das mulheres e os dilemas que envolvem uma pergunta recorrente no campo dos feminismos, sobre as consequências políticas da corporalidade. É preciso dizer que eu procedo do campo da Filosofia Política, um campo disciplinar marcado pela tendência a acreditar na atemporalidade das ideias, mas ao mesmo tempo sempre me interessei pela dimensão histórica. Estou marcada pelas disposições próprias da Filosofia, reconhecida-mente um espaço de “homens ilustres”, e além disso sou mulher e latino-americana. Nos últimos anos, a presença do movimento de mulheres e a lenta incorporação de feministas à academia produziram transformações que de alguma maneira puseram em questão as perspectivas androcêntricas, eurocêntricas, heterocêntricas, ancoradas nos pontos de vista masculinos e naqueles que privilegiam as perspectivas das minorias brancas, de classes dominantes, heterossexuais. Essa mudança no ponto de vista abriu novas interrogações sobre o passado. É a partir desta perspectiva que me interessa a releitura de alguns textos filosóficos modernos.

Existe um certo consenso entre quem trabalha a questão da cidadania a partir da perspectiva da Filosofia Política de que é sob o signo da modernidade que aparece a ideia da “desigualdade natural” entre os seres humanos, que os e as diferentes e desiguais encontraram um espaço de legitimação para suas demandas. Nesse momento é produzida uma série de textos filosóficos que colocam a questão da igualdade no centro do debate. Entre os e as filósofas que trataram desse tema em seus escritos me interessa singularmente, como filósofa feminista, a produção de Mary Wollstonecraft. Ela assinalava que se as mulheres permanecessem excluídas do gozo de direitos, algo do antigo regime permaneceria na ordem política moderna, pois os homens teriam negado direitos às mulheres apenas em razão da diferença sexual ancorada ao corpo. Ao reclamar valor igual para as diferentes, Wollstonecraft colocou no centro da sua reflexão e da sua prática política a questão das relações entre corpo e política.

O denominado “dilema Wollstonecraft” é um debate que permanece sem resolução no campo da filosofia. Da recorrência deste dilema, das tensões entre igualdade e diferença, entre corpo e política é que eu tenho me ocupado nestes últimos anos, procurando analisar a questão das consequências políticas das diferenças entre os sexos, não só nas filósofas e nos filósofos ilustrados – Condorcet, Rousseau, Locke, Wollstonecraft –, mas procurando interrogá-los a partir do presente, à luz das tensões e dilemas que as feministas contemporâneas enfrentam a respeito do aborto, da violação, da violência contra as mulheres e diferentes e da questão das orientações sexuais dissidentes.

Como vocês veem os estudos de gênero nas universidades da Argentina hoje? Acham que o gênero já pode ser considerado um campo interdisciplinar?

A.C. – É uma pergunta complicada de se responder, porque eu acho que na Argentina não há um grau suficiente de formação do campo, mas ele está em processo de construção. Não sei se o caráter é exatamente interdisciplinar, eu tenho alguma dificuldade com o que se possa compreender como interdisciplinar. Geralmente tendemos a pensá-lo como um espaço de confluência entre as disciplinas e me parece que esta confluência não é possível. Deve-se pensar como se constitui essa articulação entre disciplinas, porque os objetos ou sujeitos de conhecimento dependem muitíssimo do *habitus* contraído no processo de formação. Para mim não há uma separação tão forte entre reflexão epistemológica e as condições efetivas nas quais se faz a pesquisa. Então, nos centros de estudos de gênero que eu conheço na Argentina, em Buenos Aires, Córdoba, Salta e Mendoza, esses estudos dependem muito das trajetórias investigativas dos grupos que constituíram esses centros. Por exemplo, em Salta o grupo se formou ao redor de duas filosofas e está de alguma maneira marcado pela presença dessas mulheres e por seus interesses investigativos, que por um momento estiveram na filosofia normativa e nas perspectivas éticas, e isso cruzou o conjunto das pesquisas. Já o grupo pampeano, que é muito forte, foi constituído ao redor de uma socióloga e de historiadoras, com um claro predomínio destas perspectivas. No caso da UBA (Universidad de Buenos Aires) há a presença das Letras, com Nora Dominguez, da Antropologia, com Monica Tarducci, além das pesquisadoras ligadas à História. Assim, eu falaria de linhas relacionadas entre determinadas disciplinas e as trajetórias realizadas por algumas investigadoras de destaque, que constituíram ao seu redor grupos fortes de pesquisa, que por sua vez vão tecendo relações com outros grupos.

A.A. – Eu concordo com a maioria das coisas que você disse, Alejandra, mas também penso que, do ponto de onde partimos e até onde chegamos, eu creio que houve um importante processo de consolidação dos estudos de gênero que se verifica, digamos, nas jornadas que a cada dois ou três anos os grupos de estudos de gênero e das mulheres fazem, com vozes de pesquisadoras de distintos lugares do país, de uma maneira muito importante. Ano a ano aumentam as pesquisas, as exposições, os trabalhos e a circulação dos resultados investigativos da produção de cada grupo. Certamente há limites, como os das trajetórias pessoais de cada uma das pessoas que integram esses espaços investigativos, a capacidade de conseguir recursos,

que para mim não é pouca coisa, os financiamentos, as formações para poder abrir novos espaços de trabalho... E eu creio que essa escassez de recursos não é casual, ela indica o nível de resistência que a formação acadêmica argentina coloca sobre a importância de se fazer uma História, uma Educação, uma Filosofia, reconhecendo a perspectiva de gênero.

Eu creio que o grande desafio para os estudos de gênero é que eles deixem de ser estudos de gênero, isto é, que deixem de fazer parte de um espaço específico, para cruzar as distintas disciplinas na academia. Na História, por exemplo, que possam ser incorporados estudos de gênero e a perspectiva de estudos das mulheres a cada matéria: na História da América, na História Contemporânea, na Introdução aos Estudos Históricos. Conseguimos bastante espaço com pesquisas e nos institutos, mas temos ainda um grande desafio fora deles.

A.C. – Para se entender o que está acontecendo com os estudos de gênero na Argentina é preciso fazer uma leitura pensando na perspectiva da lógica dos campos. Ou seja, como se constitui a relação com campos previamente existentes, quais são as relações de força e de tensão no campo acadêmico, no mundo universitário, quais são as disciplinas dominantes e as disciplinas subordinadas, como se alocam os recursos para pesquisa, quais são as linhas prioritárias de investigação que neste momento o CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), por exemplo, promove. Então, para analisar o grau de construção do campo, devemos refletir sobre essas coisas e penso que neste momento há algumas áreas que têm maior florescimento e que estão vinculadas a alguns temas de interesse. Acho que o que falta é uma política de reconhecimento do Estado com relação aos estudos de gênero para assegurar uma continuidade, porque a única maneira de se chegar à constituição de linhas contínuas de pesquisa e de se produzir uma massa crítica suficiente é por meio de políticas contínuas, com políticas de Estado, e isso neste momento não está acontecendo na Argentina.

A opção pelos estudos de gênero divide o campo com os estudos feministas na Argentina? Em caso afirmativo, como isso acontece?

A.A. – Eu creio que sim, que ainda hoje os estudos de gênero estão fortemente atravessados pelos estudos feministas. O que ocorre é que os estudos feministas se fortaleceram ou dependeram, nas suas possibilidades de desenvolvimento, do que fez e faz o movimento de mulheres fora da academia e do que fazem outros movimentos sociais. Então hoje os estudos feministas adquiriram múltiplos significados, porque o feminismo

também adquiriu significados diferentes e, porque pensar o gênero não é somente pensá-lo em termos feministas, há outras subjetividades que se incluem.

A.C. – Eu acredito que a maior parte das pesquisadoras e muitos grupos de investigação na Argentina procedem do mundo feminista, ou pelo menos aqueles grupos de pesquisa com os quais mantenho relações. Creio que uma grande dificuldade que temos é a falta de revistas e espaços suficientemente estabelecidos para um contato mais fluído entre nós e uma circulação mais ampla do que se produz. Por exemplo, as jornadas de história das mulheres e estudos de gênero são um espaço de confluência importante e um espaço de debate muito interessante onde é possível visualizar articulações entre feminismo e gênero. E creio que há a presença clara de gente que tem uma linha de investigação profundamente articulada com o feminismo, com distintas tradições feministas. Por todo o país há grupos onde os núcleos fazem a articulação entre a perspectiva feminista e a perspectiva de gênero e há outros grupos que tem uma articulação menos forte, como o grupo de La Plata, por exemplo, entre feminismo e gênero. Depende muito da trajetória, das disciplinas e da forma de articulação entre a trajetória e as disciplinas.

Há uma crítica forte feita por algumas feministas sobre o esvaziamento político que os estudos de gênero, de acordo com elas, impuseram sobre o feminismo. É possível responder a esta provocação?

A.C. – Eu faço estudos feministas, eu não faço estudos de gênero. Voltemos ao tema da forma de articulação das tradições. Pessoalmente eu sou reticente ao uso da categoria gênero por razões de ordem disciplinar, já que no campo da Filosofia o uso desta categoria não é tão simples. É uma categoria, em primeiro lugar, nascida dentro de uma determinada tradição e ligada a uma determinada língua, então gente que vem de outras tradições – no meu caso eu sou muito mais ligada à tradição francesa e à tradição continental – tem muita dificuldade para incorporar um termo como gênero. Prefiro teoria feminista ou filosofia feminista, que é o que eu faço, porque fazem referência ao sujeito político do feminismo, já que eu creio e tento sustentar a necessidade de uma articulação forte entre teoria e política.

O campo dos estudos de gênero é um campo muito mais amplo, que não requer compromisso político nem reconhecimento de genealogias feministas e uma série de operações teóricas e conceituais. É um campo muito mais permeável para outros tipos de estudos, para a confluência de outras perspectivas, como as das pessoas que estão pesquisando novas masculinidades e têm uma visão

interessante da problemática de gênero, assim como as investigações sobre sexualidade. Pessoalmente, eu prefiro os trabalhos sobre a teoria feminista lésbica, mas há quem prefira a teoria *queer*, e essas pessoas utilizam com muito mais frequência a categoria gênero.

Os conceitos têm a ver com sua genealogia, com seus usos, com o modo como os transmitimos, como os ensinamos e assim vamos preenchendo-os ou esvaziando-os de conteúdo. Seria interessante que em algum momento pudessemos discutir em que usos acreditamos, mas essa é uma discussão que exigiria mais precisão e isso é complicado.

A.A. – Eu creio que a crítica se baseia numa perspectiva política, mas é em certa medida simplista. O que me parece necessário é um pensamento com dupla entrada. Quando e como os estudos de gênero se vincularam ou se desvincularam da prática política feminista e o quanto a prática política feminista também se esvaziou? O que quero dizer com isso? Para se interpretar a realidade do desenvolvimento político de uma teoria é preciso pensá-la em conjunto com a prática política que a constituiu. Os estudos de gênero surgiram das mãos do feminismo, não de outro lugar. Para mim, o que há de interessante no feminismo, e que existia e continua existindo de certa forma no materialismo histórico, é a permanente vinculação dialética entre a construção do conhecimento e a prática política. Creio que ali conflui a ideia da práxis. Então sustentar que os estudos de gênero esvaziaram o conteúdo dos estudos feministas é pensar o problema com muito pouca trajetória e muito pouco impacto da interpretação da política, e para onde vamos com isso.

O que aconteceu foi que em certa medida ambos os tipos de estudo algumas vezes se separaram das práticas políticas, porque hoje também não sabemos muito bem quantos feminismos há nem quais são essas trajetórias, ou podemos reconhecê-las olhando para o passado, mas o problema é saber quais são as perspectivas futuras. Não estou muito certa de que o mundo das feministas seja um mundo único, homogêneo, me parece que não é assim. Se muitas pessoas hoje podem se aproximar dos estudos de gênero sem se perguntar pelas perspectivas políticas feministas e pelos estudos feministas, bem, alguma responsabilidade cabe ao lugar da perspectiva.

Alguém, em algum momento, articulou uma operação política consciente, inconsciente, o que seja, que levou o discurso aos estudos de gênero, e isso para mim tem a ver com a institucionalização do feminismo, com sua homogeneização e com o fato de que se antes conseguíamos dinheiro falando da problemática a partir da perspectiva do funcionalismo, do materialismo histórico, e hoje é do gênero, o compromisso é outro, é uma outra coisa. Mas creio que a pergunta tem que ser dirigida a

ambos os espaços e não se pode perder de vista o lugar, o momento ou o contexto histórico no qual esses estudos começaram a se divorciar, ou seja, os anos 1990. Os anos 1990 geraram sua própria particularidade quanto a sustentar estudos feministas: de onde vem o dinheiro, para que se quer o dinheiro e qual a importância da produção social do conhecimento? Se não há perspectiva de importância na produção social do conhecimento, qualquer categoria vai perder o sentido que teve originariamente e vai acabar esvaziando o conteúdo das práticas políticas das quais emergiu. Então talvez a outra pergunta seja: o que aconteceu com o feminismo, se parte de sua produção teórica se distanciou das intervenções políticas? O que aconteceu com a própria política? Porque isso é política e se perguntamos a um lado também temos que perguntar ao outro, porque isso é dialético, está sempre relacionado, não podemos separá-los, não é justo.

É possível inserir trabalhos acadêmicos nas práticas sociais hoje?

A.C. – Estou absolutamente convencida de que sim, de que não somente se pode como, por razões políticas, se deve, porque o subsídio das universidades públicas e o dinheiro destinado às pesquisas científicas é dinheiro que vem dos impostos pagos por pessoas que jamais serão pesquisadoras do CONICET. Provavelmente nunca chegarão à universidade. Então é um compromisso ético e político a devolução do conhecimento que produzimos, não somente para preencher os indicadores de avaliação, mas para devolver à sociedade o que ela nos paga. A sociedade nos paga, então crer que o conhecimento pode ser apropriado privadamente ou que seja somente uma formalidade burocrática a cumprir com as instituições que nos avaliam me parece uma concepção triste.

Mas você vê esse tipo de ligação hoje nas pesquisas?

A.C. – Penso que há pessoas que fazem um esforço importante. É muito difícil conseguir isso, porque na realidade os mecanismos de avaliação das universidades tendem a depreciar de uma maneira bastante forte isso que há alguns anos vem mudando de nome; em uma época se chamava transferência, agora se chama extensão. E há uma dificuldade grande, principalmente na Argentina – não sei qual a situação do Brasil –, para se gerar procedimentos adequados para que esse conhecimento possa ser aproveitado socialmente. Muitos movimentos sociais vão produzindo grupos de intelectuais, de pesquisadores e pesquisadoras, como se queira chamá-los, que produzem conhecimento urgente, conhecimento para as necessidades que temos, enquanto que as universidades geram

um conhecimento que muitas vezes acaba respondendo às demandas de um pequeno círculo de “especialistas”, com escassas possibilidades de produzir efeitos sobre a sociedade. Eu creio que alguns casos, como as pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, sobre cidadania e sobre violência, quando isso acontece, tem uma marca muito forte de responsabilidade social, mas parece que isso não é visível.

A.A. – Eu acho que houve diferentes períodos nos quais a academia se vinculou com diferentes setores sociais que confluem na ordem do que vivemos. Creio que hoje o desafio mais importante que temos na academia é voltar a nos vincular com isso porque parece que há um divórcio entre o que se produz como conhecimento e o que acontece fora da academia, entre quem produz e quem requer, necessita e paga efetivamente por esse conhecimento. Não digo pagar apenas em termos econômicos, mas também em colocar o esforço para que seus filhos e outras pessoas possam ir à universidade. Parece que nos esquecemos disso, que há um divórcio cuja responsabilidade é em grande medida da academia. Não apenas do modo como constroem os indicadores, mas também pelo espaço que se deve preencher, pela linguagem que usamos, pelo público ao qual pretendemos falar. Em muitos casos, eu me dou conta de que nos entendemos apenas entre os colegas formados dentro das matérias correspondentes às carreiras universitárias e ninguém que esteja fora deste mundo irá nos compreender. Parece que isso é parte dos processos de avanços e retrocessos em geral de qualquer devir social.

Creio que na década de 1970, por exemplo, havia um profundo vínculo entre a produção acadêmica, sobretudo nas faculdades ligadas às ciências sociais e humanas e o que estava acontecendo no momento, porque era necessário dar uma resposta com esse conhecimento, para se compreender para onde íamos e o que fazíamos. Um exemplo claro disso para nós foi o que aconteceu no *Cordobazo*, com a importância que ele teve no cenário político da Argentina, que três meses depois do acontecimento deste fato – que foi a reação popular, trabalhadora e estudantil na cidade de Córdoba em 9 de maio de 1969 – as pessoas que estavam na sociologia, em Córdoba e na Universidade de Buenos Aires, publicaram um livro que se chamou *Lucha de clases, lucha de calles* e que hoje continua sendo fundamental para se compreender o *Cordobazo*. Mas por que o publicaram? Porque a militância, o ativismo, o conhecimento, eram partes do compromisso com a sociedade. Esse compromisso foi quebrado em boa parte pela ditadura.

Hoje a academia tem compromisso consigo mesma, então é importante ir a um congresso porque saio com um certificado, não sei se é tão importante ir para discutir com

os colegas e muito menos para discutir com os que não são colegas, que estão dando voltas ao redor, nas ruas, em certas universidades. A academia hoje é um espaço competitivo, um espaço selvagem, onde o que produzimos importa para a carreira pessoal. Sempre houve uma ligação do pensamento acadêmico com a sociedade, mas com que parte da sociedade? Então me parece que este é o desafio que temos hoje, porque acredito, como disse Alejandra, que não somente é necessário, mas é obrigatório, é fundamental, e sobretudo como feministas, porque se o meu grande projeto é construir uma sociedade sem exploradores ou exploradas, sem oprimidas nem opressores e sem nada que mantenha desigualdades, se minha aposta é visibilizar quem não está visível, não posso fazer isso dentro das quatro paredes de uma sala de aula. Nós temos que encontrar os mecanismos de chegada, não as outras pessoas.

A.C. – Há um problema muito sério dentro das próprias universidades. Com esse processo de transformação das universidades há uma desvalorização enorme do ensino de graduação e eu penso que isso é gravíssimo. Creio que o ensino de graduação é a instância mais importante de formação acadêmica de uma estudante ou de um estudante, porque na verdade é o momento no qual o sujeito se forma, aprende a pensar, aprende os gestos inconscientes do ofício. Nosso ofício, nas ciências humanas e nas ciências sociais, é aprendido como se aprende um ofício de artesã. Não se pode aprender se não existir alguém disposta a ter o tempo para começar uma conversa ampla com essas jovens hoje, indicando a elas como ler, o que ler, dispor de tempo para elas. E isso neste momento está cada vez mais escasso. As professoras e os professores hoje passam correndo pelos corredores, e eu acho que estão conseguindo desanimar as pessoas mais jovens, e isso é muito grave. Nos congressos só se escuta quem já chegou lá em cima e não se escutam as jovens e os jovens. Acho que se não colocarmos um ponto nisso, se não refletirmos sobre o que estamos fazendo, vamos ter dificuldades enormes a longo prazo. Então eu acho que é muito importante esse olhar para dentro das nossas próprias práticas para poder encontrar saídas, já que nada está dado de antemão. Por isso é importante refletir sobre que tipo de conhecimento produzimos, para quem o produzimos e em que sociedade estamos produzindo.

É possível se pensar em um silenciamento das questões de gênero nas discussões atuais sobre as ditaduras que vemos por aí?

A.A. – Sim. Não sei como é no Brasil ou no Chile, mas na Argentina continuam sendo um grande desafio as questões que as perspectivas feministas e que os estudos de

gênero buscam discutir e colocar em cena em debates que não têm nada a ver com a perspectiva feminista. Mas acho que é um desafio que estamos em condições de enfrentar, já que hoje tudo é bem diferente do que era antes. Os estudos de gênero se fortaleceram muito nas últimas décadas na Argentina, mas sempre estivemos debatendo entre nós mesmas. Havia o medo de sair para discutir fora, porque certamente é difícil se formar em gênero, quando a maioria das universidades não tem programas em torno disso ou matérias que trabalhem a questão. Mas penso que hoje estamos dispostas a travar a batalha e sabemos que o que temos a dizer é ouvido. Além disso, se gerou um silêncio quando chegamos com a pergunta: mas vocês (os que não pesquisam com a perspectiva de gênero), por que não dão nomes às mulheres? Por que acreditam que a história as impacta da mesma maneira, que as experiências são iguais, que a maneira de conceber o mundo é a mesma? O que acontece com todas estas questões que estão nas fendas da história e que não são vistas? Então eu creio que ainda é um longo caminho, mas estamos bem melhores do que estávamos há dez anos. Depende muito da nossa força, da nossa seriedade, do nosso nível de debate e do nosso compromisso político. O compromisso político que temos partindo de uma perspectiva feminista e a necessidade de saber que o que estamos dizendo está vinculado a toda uma história, que tem de ser contada porque está aí, porque existe e é uma experiência maravilhosa, e é traumática e às vezes é uma porcaria, outras vezes genial, mas existe.

A.C. – Eu diria que não se trata só de um silenciamento nos debates sobre as ditaduras. Acho que uma longa tradição no campo das ciências sociais e das ciências humanas nos convenceu do caráter incorpóreo do conhecimento. Na maior parte das vezes, os relatos se produzem como se fosse indiferente quem foram os/as sujeitos que protagonizaram os processos históricos, e quando se fala de estudos de gênero geralmente se entende como se a perspectiva de gênero pudesse ser adotada como um tipo de adição: só é preciso “somar” as mulheres.

Nós iniciamos, não faz muito, a tarefa de realizar um relato que leve em conta outras vozes, das mulheres, das mulheres negras, das mulheres lésbicas, das lésbicas negras, só para mencionar algumas. Esses relatos certamente iluminarão outras relações, outros vazios de conhecimento, irão modificando nossos pontos de vista teóricos, nossas metodologias de investigação e nossas maneiras de produzir conhecimento. Mas para isso ainda falta muito.

Os estudos de gênero não impregnaram ainda a produção acadêmica. Normalmente se apresentam só como uma “especialidade”, e também como uma perspectiva particular, interessada apenas em algumas especificidades, produzida a partir de um olhar parcial, como

se fosse possível um olhar universal abstrato, por cima das determinações corporais, por sobre as localizações espaciais e temporais. Por isso, acredito que é uma grande contribuição essa iniciativa de articular os conhecimentos que temos produzido sobre os processos ditatoriais, integrando uma perspectiva de gênero e tentando conectar nossos saberes sobre o que aconteceu, a partir de um olhar latino-americano.

A.A. – Concorde com você, Alejandra. Às vezes penso que é muito importante debater as produções europeias e estadunidenses que são interessantes, mas também me parece importantíssimo perceber por onde passa o nosso conhecimento e saber o que estamos produzindo.

Referências

- ANDÚJAR, A.; D. D'ANTONIO; K. GRAMMÁTICO; F. GIL LOZANO; N. DOMÍNGUEZ; V. PITA; M.I. RODRÍGUEZ; A. VASSALO (orgs.). 2005. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires, Feminaria, 549 p. Disponível em: www.feminaria.ar. Acesso em: 11/08/2009.
- ANDÚJAR, A. 2009. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los 70: batallas, telenovelas y rock and roll. In: A. ANDÚJAR; D. D'ANTONIO; F. GIL LOZANO; K. GRAMMÁTICO; M.L. ROSA (comps.). *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg, p. 149-170.
- ANDÚJAR, A. 2008a. Pariendo resistencias: las piqueteras Cutral Co y Plaza Huinul, 1996. In: M.C. BRAVO; F. GIL LOZANO; V.S. PITA, *Historias de luchas, resistencias y representaciones – Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX*. Tucumán, Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán, p. 151-181.
- ANDÚJAR, A. 2008b. Historia, género y memoria: las mujeres en los cortes de ruta en la Argentina. In: G. N. GRACIA; M. MAS-TRÁNGELO; E.O. ROFRÍGUEZ; P.P. LEGLISE; A.R. CARBÓ; C. VIANO (orgs.), *Historia oral y militancia política en México y en Argentina*. Buenos Aires, Editorial Colectivo, p. 95-119.
- CIRIZA, A. 2009. Corpo e política: Sobre cidadanias globais e sujeitos nômades. In: C. ARAÚJO; J. AMADEO, *Teoria política latino-americana*. São Paulo, Hucitec, p. 227-245.
- CIRIZA, A. 2006. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. In: A. BORON, *Filosofia política contemporânea*. Buenos Aires/São Paulo, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 49-74.
- CIRIZA, A.; RODRÍGUEZ, E. 2004. Militancia, política y subjetividad: La moral del PRT-ERP. In: CeDInCI, *Políticas de la Memoria*. Anuario de Investigación. Buenos Aires, CeDInCI, p. 75-93.

Submetido em: 09/09/2009
Aceito em: 22/12/2009